

ÍNDICE

RESUMO.....	3
ABSTRACT	3
INTRODUÇÃO.....	4
1. A GOVERNANCE GLOBAL.....	6
2. A REPUTAÇÃO FINANCEIRA INTERNACIONAL.....	6
3. O PODER FINANCEIRO INTERNACIONAL - A GEOFINANÇA	7
4. UM PROCESSO ESTRATÉGICO DO PODER FINANCEIRO INTERNACIONAL..	9
POSFÁCIO DE AUTOR	11

O PROCESSO ESTRATÉGICO DO PODER FINANCEIRO INTERNACIONAL PARA A DEFESA DO INTERESSE NACIONAL

THE STRATEGIC PROCESS OF INTERNATIONAL FINANCIAL POWER FOR THE DEFENCE OF THE NATIONAL INTEREST

Maria Teodora de Castro e Egreja
Doutorada em Estudos Estratégicos pelo ISCSP – Universidade de Lisboa (UL)
Professora Doutora no ISCSP - UL
Diretora Bancária
tcastro@iscsp.ulisboa.pt

RESUMO

O ponto central deste artigo é a discussão sobre a atuação de poderes internacionais à escala global, através de um conceito de geofinança - poder financeiro internacional, que se defende ser um meio de guerra não convencional e irregular, com capacidade ofensiva e defensiva eficaz, na gestão de conflitos através de abordagem indireta; um tal poder revela características de *Hard* e *Soft power* e corresponde à prossecução do interesse nacional. O ‘centro de gravidade e teatro de operações’ é o sistema financeiro internacional que assenta em três pilares: atuação em rede, a moeda internacional e a sensibilidade da rede do sistema à informação exterior. Identificam-se as variáveis que imprimem força ao poder geofinanceiro na defesa do interesse nacional; são elas a lei e autorregulação, a moeda internacional e as reservas de moeda internacional, o interesse nacional revertido na política monetária e cambial, a dívida externa, o investimento estrangeiro e o património financeiro internacional, a *Soft* e *Hard law*, a capacidade de *Soft power* e a cultura geofinanceira do sistema. Sugere-se ainda, um modelo operacional do processo estratégico geofinanceiro, por analogia à teoria da estratégia militar, identificando mecanismos numa lógica de ação estratégica que explora os elementos surpresa e movimento.

Palavras-Chave: Geofinança, geoeconomia, geopolítica, sistema financeiro internacional, governance global, reputação internacional, processo estratégico.

ABSTRACT

This article aims to discuss the performance of international powers on a global scale, through the concept of Geofinancial power as an international financial power, which is considered an unconventional and irregular means of war with offensive capacity and effective defence, in the management of conflicts through an indirect approach; such a power reveals characteristics of Hard and Soft power and corresponds to the pursuit of the national interest. The gravity centre and theatre of operations is the international financial system, which is based on three pillars: (1) the network of the international financial system, (2) international currency as the source of financial stability and (3) the sensitivity of the system network to outside information. Seven variables are identified giving strength to the Geofinancial power in the defence of the national interest: the law and self-regulation, international currency and its reserves, national interest reverted in monetary and foreign exchange policy, foreign debt, foreign investment and international financial assets, Soft power capacity and the system geofinancial culture. It is also suggested an operational model of the strategic geo-financial process, by analogy to the military strategy theory, identifying mechanisms of action that explores both elements of surprise and movement.

Keywords: Geofinancial power, Geo-economics, Geopolitics, International financial system, Global governance, International reputation, and defence strategic process.

INTRODUÇÃO

O ponto central deste artigo é a discussão sobre a atuação de poderes internacionais numa escala global. Defende que os sistemas financeiros nacionais ou regionais não estão imunes a mudanças estratégicas relacionadas com o poder internacional, e que, por outro lado, os atores da defesa nacional beneficiam se desenvolverem e enquadrarem o conhecimento da estratégia do poder financeiro internacional.

A estabilidade financeira internacional é considerada um interesse nacional permanente, sendo um elemento crítico na condução duma estratégia nacional e internacional, pois permite a reprodução de riqueza, bem como a sua disseminação pela sociedade, assegurando qualidade de vida.

É importante na defesa do interesse nacional a consciência de que no ponto de vista de conflitos extremos internacionais pode optar-se por bombardear o ‘inimigo’/‘contrário’ ou levá-lo à falência – ‘bancarrota’, estando neste último caso perante o nível máximo do poder estratégico da geofinança.

Os poderes internacionais atuam numa escala global visando alcançar posições de liderança com a ambição de obterem vantagem estratégica, nomeadamente política, económica, militar ou financeira, que assegure a projeção de uma identidade nacional ou regional, com benefício do seu interesse nacional, percebido na qualidade de vida da nação ou região.

Num mundo global a interdependência entre estados é uma inevitabilidade e não uma opção, onde o Sistema Financeiro Internacional (SFI) desempenha o papel de denominador comum catalisador da globalização e poder internacional. Ocorrendo um corte –ou mesmo uma redução acentuada– no fluxo da circulação de meios financeiros, limita-se o capital para investimento, a liquidez para as trocas comerciais internacionais, a mobilidade dos cidadãos e, finalmente, a influência política internacional não surte um efeito eficaz na defesa de interesses nacionais e regionais.

O SFI pode ser um teatro de operações que possibilita, via o controlo da atividade dos atores do sistema financeiro, atingir outros objetivos como refrear a atividade de agentes económicos e governos, globalmente ou em zonas/territórios específicos. Donde dificilmente se poderá afirmar que o sistema financeiro internacional é independente de ações geoestratégicas.

O sistema em termos globais tem revelado estabilidade. Mas a inabilidade de uma nação em alinhar o seu interesse nacional com o ‘consensus’ internacional em matérias como a regulação e a legislação, bem como a implementação eficiente que permita o controlo por reguladores e supervisores, leva ao risco de não mitigar crises financeiras, potenciando risco sistémico de contaminação entre países e regiões.

A decisão de um país operar numa economia globalizada e aberta implica exposição a liquidez e capital internacional, frequentemente em moedas distintas da sua, com implicações monetárias capturadas pela balança de pagamentos. Implica ainda exposição a riscos financeiros internacionais – importação e exportação de risco –, alguns destes com origem em decisões de política nacional ou internacional, ou com origem em alterações regulatórias, ou ainda fruto de necessidades de controlo cambial doutros países, entre outras incertezas como alterações nos direitos de propriedade internacional ou na [des]valorização de ativos de investimento internacional.

Os governos e os sistemas financeiros dum país para atuar neste enquadramento internacional dependem da construção de uma reputação internacional consistente. Para esse fim constituem a base

de uma boa integração no sistema financeiro internacional, a solidez financeira e económica e o domínio do conhecimento financeiro internacional (e.g., técnico, tecnológico, regulamentar, negocial). Assim, neste ambiente estratégico, a interação em rede e a abordagem indireta de conflitos exige um(a) *Governance* com pensamento estratégico.

1. A GOVERNANCE GLOBAL

A *Governance* global é um tema complexo pois envolve *stakeholders* públicos e privados de diferentes culturas com objetivos distintos, sistemas políticos e legislativos diversos, num *framework* global que tenta generalizar e uniformizar o comportamento financeiro, num ambiente difícil de harmonizar o *spectrum* de interesses. No entanto, tem-se revelado útil na disseminação do conhecimento financeiro e técnico, que leva a decisões mais esclarecidas, promovendo comportamentos financeiros mais responsáveis entre os atores do sistema, penalizando comportamentos nefastos à estabilidade do SFI.

O sistema de governança – *Governance* – mundial e a estratégia financeira internacional parecem indissociáveis. O SFI resulta de um quadro mundial de acordos legais, onde participam governos, organismos intergovernamentais ou supranacionais, instituições financeiras e atores económicos que, em conjunto, facilitam a circulação de fluxos financeiros. Esta arquitetura financeira internacional, inclui o sistema monetário e o financeiro, envolvendo múltiplas jurisdições e estados soberanos.

Fruto da última crise financeira e do pânico gerado sobre a possibilidade real de risco sistémico internacional, com potenciais falências sucessivas de estados e o retrocesso do desenvolvimento económico mundial, emergiu a necessidade dos estados intervirem para evitar a falência alguns atores internacionais. Isto legitimou intervenção regulatória e de controlo direto dos sistemas financeiros nacionais e do SFI. O G20¹ representa o “super-nó” no topo hierárquico da rede que compõe o sistema financeiro internacional. O G20, atento a necessidade de defesa e proteção da estabilidade financeira, criou em 2009 o FSB - *Financial Stability Board*, destinado a monitorar e aconselhar os estados membros na sua conduta por forma a prevenir excessos, más práticas e descontrolo financeiro, em especial aqueles que possam conter risco sistémico. O FSB coordena os estados membros, o desenvolvimento regulatório, as políticas financeiras de supervisão, conduz a cooperação e disseminação destas regras e políticas por estados não membros.

2. A REPUTAÇÃO FINANCEIRA INTERNACIONAL

A reputação financeira internacional tem sido o ponto crítico na confiança entre todos os *stakeholders* e atores do SFI. Para Foreman et al (2012)² reputação é uma construção multidimensional, compreendida por imagens e narrativas que são projetadas, percebidas ou refletidas, conferindo a legitimidade do carácter e comportamento ‘soberano’ por avaliação de *stakeholders* externos.

Mas a avaliação reputacional não se foca nas características e conduta correta da organização/estado, mas sim na eficácia da sua atuação, na habilidade em obter bons resultados financeiros na defesa do seu interesse nacional sem incumprir ou hostilizar o enquadramento de *Governance* internacional, nem causar instabilidade financeira.

¹O G20 (abreviatura para Grupo dos 20 países com maior poder internacional) é um grupo formado pelos Ministros das Finanças e Responsáveis dos Bancos Centrais das 20 maiores economias do mundo. O peso económico, financeiro e social do G20 confere-lhe representatividade mundial com significativa influência sobre a gestão do sistema financeiro internacional.

²Foreman et al., 2012. *An identity-based view of reputation, image, and legitimacy - Clarifications and Distinctions among Related Constructs*. [Pdf]. Disponível em: <file:///C:/Users/x901156/Downloads/An_identity-based_view_of_reputation_ima%20(1).pdf>, [Consult. em janeiro de 2017].

A valorização de símbolos geofinanceiros, quando percebida e notabilizada, corresponde a uma imagem reputacional que cria o ambiente propício a parcerias ou alianças com outros atores que desenvolvam valorizações semelhantes ou equivalentes, e a distinção clara daqueles que não partilham da mesma valorização dos símbolos geofinanceiros.

Cada Estado defende o seu interesse nacional, mas na arena internacional ajusta-o à agenda comum, por forma a captar oportunidades, reduzir vulnerabilidades e detetar ameaças externas. A participação numa agenda comum a vários interesses nacionais, visa essencialmente garantir condições de segurança para cada estado, e fomentar oportunidades, reduzindo as incertezas dos restantes membros, dando a conhecer as características da sua soberania para acreditação de respeito mútuo.

Neste enquadramento, financeiro, legal e cultural se conquista, defende e preserva a reputação financeira nacional que defende o interesse nacional, ao assegurar laços de confiança e credibilidade.

3. O PODER FINANCEIRO INTERNACIONAL - A GEOFINANÇA

A existência de Moedas e Governance internacionais, sustenta a necessidade de um sistema financeiro internacional, que em simultâneo, serve os diversos governos locais, a economia global e a política internacional.

No ambiente estratégico internacional, a geofinança representa o poder financeiro internacional, isto é, a possibilidade de os meios financeiros serem, em si mesmos, um fim estratégico, cujos meios para o alcançar poderão ser políticos e económicos; ou o inverso –fruto de outros fins estratégicos políticos ou económicos– os meios financeiros são envolvidos para o seu alcance, sem que, contudo, sejam eles próprios um fim. A Geofinança é o sistema circulatório do mundo global, que permite ou não que ambições económicas e políticas se concretizem, porque assenta na atuação em rede internacional de instituições financeiras, sob orientação de organismos nacionais e supranacionais de cariz político, cujos membros são Estados, que atuam na gestão dos recursos financeiros, para a salvaguarda de interesses nacionais, na garantia da sua renovação e ainda na justa distribuição a nível local, regional e global.

A Geofinança consiste assim na análise da atuação dos estados no sistema financeiro internacional, interpretação dos conflitos e relações de força internacionais, dentro de um quadro de *governance* político de defesa de interesses nacionais ou regionais.

A geografia financeira cria ou destrói interdependências e/ou desigualdades, cria e recria realidades, interpreta tal como reinterpreta acontecimentos, via instituições financeiras internacionais, gerando perceções de poder, alimentando assim um ‘mapa-mundo financeiro’. São importantes as bases geográficas, em especial porque explicam e ajudam a entender a atuação dos diferentes responsáveis financeiros, políticos, empresariais de diferentes geografias, ao defenderem os seus interesses nacionais em espaços territoriais supranacionais. Provavelmente, terão opiniões e perceções diferentes, o que pode, por isso, influenciar o comportamento e a tomada de decisão de outros, um processo que no mundo financeiro pode ser considerado relevante. De um ponto de vista empírico, cada instituição da arena financeira avalia «o mesmo problema» pela sua própria e única perspetiva geográfica, sendo que, por outro lado, as nações e os povos parecem pensar o mapa mundial centrados no seu próprio país ou na sua região geográfica.

A Geofinança tem por objetivo promover a estabilidade financeira, com o fim de manter o desenvolvimento económico e social sustentável no quadro de uma ordem internacional. Por isso pode contribuir para a construção e durabilidade da paz via estabilidade financeira.

O poder financeiro internacional assenta atualmente numa estrutura com três pilares:

- (i) **A atuação em rede do sistema financeiro internacional** – semelhante a um ‘sistema circulatório’ que alimenta vários outros órgãos de alimentação de poder – Geopolítico e Geoeconómico;
- (ii) **A moeda internacional como fonte de equilíbrio e estabilidade financeira** – correspondente ao sistema nervoso central do sistema financeiro internacional;
- (iii) **A sensibilidade da rede do SFI à informação que propaga ou que é propagada por terceiros**, imprimindo uma imagem global, conferindo a perceção na leitura por terceiros de factos ou tendências desenhadas com impacto político internacional.

A geofinança encontra a sua força na gestão de 7 variáveis. A gestão destas variáveis define as relações de interdependência financeira -quem investe em quem, quem depende de quem, quanto e quando-, o que permite percepcionar as forças ou as fraquezas, bem como as oportunidades ou as ameaças inerentes a cada estado em cada momento. As 7 variáveis geofinanceiras atualmente mais evidentes são que se apresentam na Figura 1.



Figura 1 – Variáveis geofinanceiras

O poder geofinanceiro em cada momento, mede-se pela observação comparativa entre diferentes estados no que se refere a cada uma das 7 variáveis geofinanceiras, que posicionam o país no ambiente internacional (tanto em posição relativa comparável como em termos da velocidade de evolução de cada uma das variáveis). Podendo aferir-se, se um estado apresenta vulnerabilidade nalgumas variáveis e força noutras representativas da sua capacidade da influencia e de defesa bem

como de proteção do interesse nacional. Na certeza, porém, de que a existência de maior fragilidade e vulnerabilidade do poder geofinanceiro, enfraquece a influência dos outros poderes -geopolítico e geoeconómicos-, junto dos parceiros da zona estratégica a que o país pertence.

4. UM PROCESSO ESTRATÉGICO DO PODER FINANCEIRO INTERNACIONAL

No ponto de vista de estratégia de poder internacional, o sistema financeiro internacional é visto como o centro de gravidade onde se desenrola o caminho (*Ways*) para atingir os fins políticos de poder internacional (*Ends*), cujos meios e pressupostos (*Means e Assumptions*) são dominados pelos líderes do poder mundial, visando:

- Alcançar uma estratégia de paz - o poder da estabilidade financeira, como trampolim para os poderes político, económico e militar poderem ter maior eficácia.
- Evitar uma estratégia de conflito - a instabilidade financeira.

Nas situações de crise financeira ao longo da história observam-se elementos de aplicação do poder geofinanceiro, o Presidente Dwight Eisenhower e o General Lauris Norstad na década de 1950 foram os primeiros a aplicar a estratégia do poder financeiro internacional, mas a crise financeira com amplitude mundial onde os meios monetários e financeiros são os mais relevantes na pressão psicológica e política sobre os ‘contrários’ no conflito, com o efeito de dissuasão, deu-se pela primeira vez neste século em 2007-2016 e revelou ser um exemplo de forte tensão política mundial.

Bracken (2007)³ refere quão recente este processo estratégico é, não estando ainda alinhados todos os seus elementos quando afirma que:

Financial warfare is an expanding arena of conflict. Understanding financial vulnerabilities requires thinking across departments that have not historically been well coordinated – e.g., Defence, Treasury, and the Intelligence community. Since money in the modern era can be instantly moved electronically, even the appearance of a threat to accounts can lead to large outflows into safer banks in safer countries.

As crises são resultado de processos evolutivos de conflito,

As in war, the aim is to weaken resistance before attempting to overcome it; and the effect is best attained by drawing the other party out of his defences. This idea of the indirect approach is closely related to all problems of the influence of mind upon mind the most influential factor in human history.

(Hart, 1954)⁴

No âmbito da abordagem indireta do conflito, o poder estratégico financeiro pode aplicar-se em qualquer das três fases de evolução de um conflito:

- Na Fase (1) de Persuasão - *Soft Power*, o objetivo é evitar e prevenir o conflito via persuasão dos contrários. Esta atividade está intimamente relacionada com o Governance e com o estilo de liderança assente em Inspiração – Persuasão. Nesta fase e na estratégia geofinanceira inclui-se a autorregulação ou *Soft Law* financeira. Se não for atingido o objetivo da persuasão, entra-se na

³ Bracken, P., 2007. *Financial warfare*. E.U.A.: Foreign Policy Research Institute. [Pdf]. Disponível em: <http://www.fpri.org/docs/media/bracken_0.pdf>, [Consult. em março de 2016].

⁴ Hart, B., 1954. *Strategy: the indirect approach*. R.U.: Faber and Faber.

- Fase (2) de Dissuasão – Conflito: O objetivo nesta fase é evitar a guerra. Aplicam-se as ferramentas de demonstração de força de um ou todos os três poderes: geopolítica, geoeconomia e a geofinança na tentativa de dissuadir os contrários a não prosseguir com o conflito. Pode ser incluída nesta fase e na estratégia geofinanceira, a gestão de instrumentos de política monetária e cambial, bem como a Legislação-*Hard Law*. Por último entra-se na
- Fase (3) de Coerção – Guerra, cujo objetivo consiste em resolver o conflito, através da máxima força do poder militar ou poder com características semelhantes, no caso da geofinança aplica-se a falência/liquidação financeira (bancarrota) – eliminação do contrário.

Katz (2013)⁵ e de Zarate (2013)⁶, que reconhecem este processo estratégico geofinanceiro como alternativa ao processo estratégico militar, apesar de ter até à data sido pouco estudado:

From a policy perspective, financial warfare makes sense because it makes policy options available through finance that were previously obtainable solely through armed force.

(Katz, 2013)

Over the past decade, the United States waged a new brand of financial warfare, unprecedented in its reach and effectiveness. This «hidden war» has often been underestimated or misunderstood, but it is no longer secret and has since become central to America's national security doctrine.

(Zarate, 2013)

Em Katz (2013) e Zarate (2013) encontramos a partilha de uma mesma visão, segundo a qual estes autores afirmam que existe uma guerra envolvendo o sistema financeiro internacional, sendo este apresentado como uma ferramenta utilizada atualmente para a obtenção de uma vantagem estratégica – “*War by financial means*”.

O processo de gestão estratégica do conflito via poder financeiro internacional atua estrategicamente sobre as três principais funções financeiras: a formação de capital, a liquidez e a gestão de risco, e baseia-se na identificação e manipulação de áreas sistémicas de opacidade e/ou de informação assimétrica, exploração de fragilidades na gestão de risco que determinam zonas integradas e zonas com descentralização de perigos ou ameaças, bem como no desenho e implementação de *soft* e *hard law* internacional cuja normalização da atuação coletiva permite a antecipação da atuação dos atores do sistema.

Nesta estratégia geofinanceira verificam-se posicionamentos ofensivos quando são alteradas as capacidades do contrário, tomando-o de surpresa com eventos em larga escala, com impacto e abrangência massivos, imprevisíveis e irregulares. Como temos o exemplo de retirada súbita de liquidez, ou ataque cambial por alteração brusca na valorização de uma moeda internacional, ou a venda massiva de títulos de dívida externa de um Estado.

Alternativamente, o posicionamento defensivo, que procura a descentralização, redução da opacidade e das assimetrias numa abordagem de aproximação defensiva ou, por outro lado, pode

⁵ Katz, D., 2013. *Waging Financial War*. [Pdf]. Disponível em: <http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/Parameters/issues/Winter_2013/8_Katz.pdf>, [Consult. em fevereiro de 2016].

⁶ Zarate, J., 2013. *The Coming Financial Wars*. [Pdf]. Disponível em: <http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/Parameters/issues/Winter_2013/9_Zarate.pdf>, [Consult. em fevereiro de 2016].

corresponder ao aumento da opacidade e da redundância para impedir a penetração do inimigo. Como é o exemplo da acumulação de reservas internacionais a níveis acima dos exigidos pela balança de pagamentos ou como é o caso da implementação de *soft e hard law* internacional ajustada à realidade local.

A modalidade de ação é escolhida de acordo com o objetivo político. A modalidade de ação, consiste nas seguintes alternativas:

- (i) Imposição que inclui critérios e regras para os atores poderem ser incluídos no SFI, muitas vezes esta imposição tem a forma de instrumentos de atração promovendo alianças ou atribuição de benefícios para utilização de moeda internacional ou outros instrumentos financeiros,
- (ii) Expulsão impedindo a inclusão, participação, atuação de certos atores no SFI,
- (iii) Exploração criando dependências financeiras imobilizadoras da atuação estratégica do outro ator que perde a sua autonomia financeira, através por e.g., de sobre-endividamento e indexação da sua moeda a outra que não controla, e
- (iv) Aprisionamento dos contrários incluindo o congelamento de ativos financeiros e outras inibições sancionatórias com intenção de impedir atividade financeira se o ator contrário não cumprir com certas exigências.

O processo estratégico geofinanceiro inclui dois efeitos estratégicos:

- O de surpresa, um *soft power* que afeta a vontade do contrário sob o princípio da economia de esforço integrando esforços através da unidade de comando e sob o princípio da liberdade de ação através da liderança da agenda internacional assente em regras de *soft law*-autorregulação. Sob este prisma a estratégia geofinanceira relaciona-se com os instrumentos financeiros como a moeda internacional e as políticas monetária e cambial e a dívida externa. Por analogia em referência ao saber do Professor Catedrático Almirante António Silva Ribeiro (2010), pode afirmar-se que o processo estratégico geofinanceiro nesta vertente respeita o princípio de economia de esforço, dado que, parece seguir todas as regras estratégicas militares de coordenação, integrando esforços através da unidade de comando utilizando as seguintes regras: (a) a regra da concentração, que permite a superioridade pela escolha de locais e momentos decisivos, mantendo o segredo do plano estratégico e usando dissimulação por via do domínio do conhecimento e da informação, que permite detetar vulnerabilidades a perturbações eletrónicas e monetárias, tornando este instrumento preciso e efetivo; (b) a regra da orquestração, gerando opções estratégicas cuja execução é dinâmica e flexível, ora colocando o contrário em situação de vantagem temporária, ora colocando-o em desvantagem; (c) a regra da clareza, reduzindo falsas interpretações e assegurando o sincronismo das ações desenvolvidas, garantindo também o aproveitamento de oportunidades, por exemplo económicas, e assim atingindo facilmente a regra da surpresa para os restantes atores e o alastramento internacional, e instantaneamente se obtém a vantagem da manobra com difícil retrocesso ou alteração do objetivo principal, apenas podendo existir pequenos ajustes.

Isto leva-nos ao princípio da liberdade de ação, manipulando o inimigo e utilizando o sistema financeiro para atingir os sistemas monetário, económico e político.

- O efeito movimento, que permite maior eficácia estratégica e que é assimilado por analogia ao *Hard power* militar, sob os princípios da importância do objetivo e da economia de esforço, consistindo em sanções, princípios, diretrizes e regras internacionais que são instrumentos diretos de demonstração de força, baseada em *Hard law*. Neste prisma a estratégia desenrola-se através de políticas de agendas comuns no G20, que geram legislação internacional, aplicáveis via sistema financeiro internacional, as quais se podem observar em temas, como as manobras de combate – *anti-money laundering, anti-tax avoidance, anti-terrorism, anti-corruption, anti-social and political international sanctions, anti-cybercrime*, ou manobras de proteção e defesa, como *good governance models* (e.g., responsabilidade corporativa, responsabilidade social, responsabilidade socioambiental e sustentabilidade), *global financial stability, lines of defense policy, compliance policy* e toda a tecnologia criada para o efeito do combate, incluindo defesa quanto a *cybercrime*. O processo estratégico nesta dimensão física parece poder enquadrar-se no princípio da importância do objetivo, pois os objetivos tendem a ser adequados à superação do problema ou à exploração da eventualidade estratégica, segundo as regras do equilíbrio, ajustando o objetivo à medida das ações que os meios permitem – a regra da comunalidade –, justificando assim a utilização do sistema financeiro internacional para atingir objetivos não-financeiros com o acordo de todos os atores num objetivo claro, comum e consensual, que é conseguido pela regra da seletividade dos atores estritamente necessários, levando à regra da flexibilidade, permitindo aproximações sucessivas, adaptações rápidas a mudanças conjunturais imprevistas via *soft law* (autorregulação) global, conseguindo atingir a regra do valor, convergindo as forças para desarticular a harmonia do contrário via *hard law* (Lei) global, e ainda cumprindo a regra da compatibilidade com objetivos políticos, económicos e até militares (A. S. Ribeiro, 2010)⁷.

Acresce que a tendência atual de sustentar a atividade financeira em tecnologia informática e electrónica, com automatização e desmaterialização total dos instrumentos e decisões financeiras, pode conter em si um risco de centralização do controlo da atividade financeira, pelos proprietários da tecnologia que podem ser organismos internacionais, possibilitando manobras estratégicas muito eficazes e com efeito duplo de surpresa e movimento, por ser silencioso (e.g. à semelhança dum vírus informático), com impacto muito abrangente - transnacional e imediato.

Concluindo, tendo presente que a geofinança pode ser um meio de guerra não-convencional e irregular, com capacidade ofensiva e defensiva eficaz e impacto internacional, especialmente num quadro de abordagem indireta de conflito e dissuasão. A atenção a sinais precoces e frequentemente ténues de âmbito financeiro, pode revelar intenções estratégicas de países ou blocos regionais, pode evitar surpresas desagradáveis que se convertem em ameaças, bem como aproveitar oportunidades que possam derivar da atuação estratégica de terceiros.

Os meios para fazer a guerra servem igualmente para a defesa da paz, logo o compromisso e contribuição na construção a Estratégia e Governo financeiro internacional, é uma forma de defesa do interesse nacional assegurando a estabilidade financeira – *towards peace by financial means*.

⁷ Ribeiro, A., 2010. *Teoria Geral da Estratégia. O essencial ao processo estratégico*. Coimbra: Edições Almedina.

O objetivo estratégico de defesa da estabilidade financeira do estado, depende do domínio do conhecimento sobre o poder financeiro internacional, pelo que os atores responsáveis pela defesa nacional e gestão de crises e conflitos internacionais tanto do governo, como do sistema financeiro bem como investidores podem beneficiar se desenvolverem o conhecimento geofinanceiro.

POSFÁCIO DE AUTOR

Maria Teodora de Castro e Egreja é Doutorada em Estudos Estratégicos Internacionais, pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP-UL), possui um *Advanced Management Degree* em Direção de Empresas pela AESE *Business School* da Universidade de Navarra, licenciada em Organização e Gestão de Empresas pelo ISEG-Universidade de Lisboa, pós-graduada em *Marketing* e Gestão de Qualidade, Reengenharia das Operações pela AESE - Escola de Direção e Negócios e tem uma especialização em Banca e Fiscalidade Internacional pelo ISFB. Desempenhou funções como docente em cursos de mestrado, de pós-graduações e de formação para executivos em Angola e Moçambique, participou como oradora em conferências em Portugal, África do Sul e Reino Unido, e lecionou em Mestrados e Pós-graduações e Formação para executivos em Angola e Moçambique. Atualmente é Professora no ISCSP-UL (sendo regente das unidades curriculares de Mercados Estratégicos, Mercado Financeiro Internacional, Análise de Risco Aplicada a Negócios Internacionais, Cenarização e Prospetiva, *Marketing* e *Marketing*, Relações Comerciais e Internacionais) e Diretora Sénior num banco Português. Ao nível do sector bancário, como Diretora Bancária, Diretora Comercial e também de Operações desde 1990, tem vasta experiência em banca e sistema financeiro, com enfoque nos serviços e produtos de intermediação financeira internacional (*Global Transaction Banking*, *Correspondent banking*, *Institutional Custody- securities, investment and pension funds*, *Sovereigns and Multilateral partnership*) bem como nos serviços de suporte ao comércio e investimento internacional, com elevado envolvimento no relacionamento, atividades e acompanhamento de mercados internacionais. Tem experiência em otimização e gestão de risco de financeiro, de crédito e risco operacional. Foi participante ativa na operacionalização de projetos regulamentares europeus – como sejam, os projetos informáticos e operacionais de aplicação de regulamentação Europeia no âmbito PSD (*Payments Services Directive-EU 2015*), SEPA (*Single European Payments Area*) e *Target2* - Eurosistema, DMIF (Diretiva de Mercados de Instrumentos Financeiros), *Compliance Rules*, *Basel2* e otimização de consumo de capital, GDPR (*General Data Protection Regulation*) – Proteção de Dados Pessoais, IASB (*International Accounting Standards Board*) e IFRS9 (*International Financial Reporting Standard*) – e responsável por programas de gestão de processos de qualidade, *Lean* e *Kaizen program*, em áreas operacionais. Anteriormente, liderou o lançamento de áreas comerciais com desenho de plano de negócios e estratégia de marketing para lançamento de novos produtos e serviços financeiros. É autora dos cadernos de apoio às unidades curriculares que leciona, especialista na análise de questões económico-financeiras colocadas no âmbito da cooperação internacional, nos domínios da transparência, integridade, estabilidade, sustentabilidade para a defesa nacional, e tem mais de 25 anos de experiência na liderança de equipas e projetos.